

Editorial



Osvaldo Cabral
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

O nosso amigo Heitor

Diz o nosso povo que o frade não leva três em capelo.

Pois o Ministro da Ciência, Manuel Heitor, já comeu de cebolada os nossos políticos regionais por três vezes, sem tugar nem mugir.

A primeira vez foi há quatro anos, quando o inefável ministro foi a uma conferência internacional, a propósito do Azores Air Center, para trazer um supercomputador, que acabou por ser entregue... à Universidade do Minho!

O Secretário Regional de então serviu apenas de bagageiro do ministro, mas ninguém viu o governo regional a protestar.

O único que manifestou a sua surpresa e protesto foi o reitor da Universidade dos Açores, que deve conhecer o ministro de ginjeira, já que foi enganado pela segunda vez.

Foi exactamente em fevereiro de 2020, quando Manuel Heitor veio a Ponta Delgada para assinar um contrato-programa com a Universidade dos Açores, no valor de 1,2 milhões de euros anuais, sob a égide de Vasco Cordeiro, mas até hoje nem um centímo chegou às mãos do reitor da academia.

Vasco Cordeiro agora protesta, porque o ministro chamou de “incompetente” ao seu governo, mas o Presidente do PS já vai tarde, pois foi ele que deu o palco todo ao ministro para brilharem ambos politicamente.

Agora estão a pagar a factura dos desmandos.

Bolieiro vai pelo mesmo caminho, pois em vez de travar este ímpeto do ministro à nascença - que é enganar os açorianos a todo o tempo -, até lhe chama “meu caro amigo”.

Amigo de quem?!

Chamar amigo a um ministro que acaba de propor uma alteração legislativa, que retira o poder aos Açores na área espacial?

E que chama também de “incompetente” o governo de coligação?

Esta demanda do ministro é um padrão frequente no governo de António Costa, o primeiro-ministro mais centralista de sempre - como reconheceu a própria Ministra da Coesão (eles lá se conhecem todos!) -, ultrapassando mesmo as diatribes do tempo de Passos Coelho.

A alegria desta gente é que está habituada a políticos frouxos na nossa região, porque o que estamos a precisar é de uma Brianda Pereira ou Padeira de Aljubarrota.

Quanto ao ministro, o nosso amigo Heitor, vai continuando a fazer das suas, como se viu em mais esta semana na visita àquela inutilidade chamada Air Center.

Todo este “show-off”, habitual neste ministro, num governo de gestão. Imagine-se se ainda estivesse ministro a todo o gás....

Pelos vistos só nos vamos livrar dele depois de 30 de janeiro.

Entrevista com Nuno Barata “A República não cumpre com os cidadãos dos Açores”

O combate contra o centralismo tem sido uma das bandeiras do Nuno Barata. Como vê os recentes episódios do Governo da República, que pretende centralizar decisões que são do âmbito específico das Regiões Autónomas?

Excetuando o célebre episódio das “gravatas pretas”, nunca os Açores - e aqui devem ler-se os partidos políticos que sempre governaram os Açores e que sempre elegeram deputados para a Assembleia da República, PS e PSD - souberam impor-se, souberam exercer uma verdadeira “magistratura de influência”, souberam criar os mecanismos de sensibilização na República para as especificidades regionais.

Já nem falo nas potencialidades das nossas ilhas, falo só das especificidades, porque, em bom rigor, PS e PSD também nunca souberam o que queriam para o futuro dos Açores, a não ser que se queriam manter no poder.

O amiguismo prevalece quando temos governos da mesma cor política lá e cá; o afastamento institucional prevalece quando temos governos de cores políticas diferentes, instalando-se a narrativa de que somos uns coitadinhos discriminados por Lisboa.

Nem os governos de cá são eficazes na defesa intransigente dos superiores interesses regionais, nem os deputados eleitos pelo PS e PSD/Açores para a Assembleia da República conseguiram alguma vez ser suficientemente influenciadores nos seus grupos parlamentares e nos governos que suportam.

Tivemos o caso da Lei do Mar e agora o da Lei do Espaço. Isto é centralismo endémico, vingança política ou é próprio de uma mentalidade política que grassa em Lisboa?

Em bom rigor, o próprio Estado português continua a olhar para as suas regiões autónomas como sorvedores do erário orçamental e só se lembra de nós quando percebe que a nossa posição geoestratégica pode render uns milhões para meter nos buracos dos orçamentos nacionais.

O PS e o PSD/Açores cedem sempre à República: foi assim no mar; já foi assim com o delírio da base de lançamento de satélites em Santa Maria (onde a montanha vai parir um rato); é assim com o Air Centre (que só faz lucrar alguns senhores de Lisboa que estão a acautelar o seu futuro pessoal e profissional, mais do que com a economia dos Açores)... Todos os partidos têm os seus Marques Guedes! Não é vingança; é um endemismo de subalternização próprio de uma mentalidade de políticos “poucochinhos”.

Como se muda isso?

Desde logo, falta aos Açores definirem a sua estratégia de futuro, criar todos os mecanismos necessários para sensibilizar os centralistas da República (que os há em todos os partidos), evoluindo de uma



posição de pedinchão, para uma posição institucional de exigência.

A República não cumpre com os cidadãos dos Açores nas suas áreas de obrigação e competência exclusiva e o PS e o PSD, em vez de exigirem o cumprimento das obrigações constitucionais consagradas, desatam, numa atitude de “bom amigo”, a comprar viaturas para dotar as forças de segurança, alugando e cedendo imóveis para salas de audiências de tribunais ou esquadras policiais, comprando picos de bagacina para se oferecer à República para putativamente se edificar uma nova cadeia e até disponibilizando-se para assumir 40% dos custos relativos a um investimento que compete ao Estado e a uma empresa privada gestora de um aeroporto localizado nesta Região. Pela incompetência em exigir o que é nosso por direito constitucional, pela facilidade com que nos substituímos ao Estado - que merece mesmo esta atitude de “gajo porreiro” por parte dos responsáveis governativos desta Região -, para além do “porco a andar de bicicleta” só me falta ver a solicitação de declaração de independência.

Mas como isto não vai acontecer, porque, se não fosse o Estado, não tínhamos 60% das verbas necessárias para pagarmos as nossas despesas de funcionamento, espero que o povo desperte, definitivamente, e que, a 30 de janeiro, nas eleições legislativas, mude, de facto o seu sentido de voto para mudar, de facto, o rumo destas Ilhas.